

125 anos de imigração italiana no Rio Grande do Sul

Scheila Taísa Cobaichini[©]

Abstract[©]

This work does a short sociological-historical rescue, showing some of the customs and influences that the Italians and their descendants increase to the appearance of the state of Rio Grande do Sul and its people.

Resumo

Faz-se um breve resgate histórico-sociológico, mostrando alguns costumes e influências que os italianos e seus descendentes acrescentaram à fisionomia do Estado do Rio Grande do Sul e do povo que o compõe.

No mês de maio de 2000 iniciaram-se as comemorações dos 125 anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Solenidades foram programadas e são realizadas em todo o País e principalmente no Estado, no período que vai até maio de 2001, com todas as organizações e entidades da etnia. Trabalhando-se com a língua italiana, teve-se a oportunidade de conhecer melhor a história dos antepassados italianos, cuja continuidade se dá através de seus inúmeros descendentes.

Segundo a história, sempre houve imigração, pessoas de determinada região indo a outra, de costumes e língua diferentes. Porém, foi no século dezanove e no início do século vinte que a mesma passou a ser de interesse entre alguns países, no caso entre Brasil e Itália. Muitos colonos, acreditando num contrato que prometia a posse da terra e, embalados pela busca de uma vida melhor, imigravam a outros países.

No início do século XIX, a sociedade

européia e, de modo particular a alemã e a italiana, se debatiam nas contradições do sistema capitalista em expansão que, aos poucos, começou a expropriar os pequenos proprietários rurais e os artesãos. No período de 1824 a 1875 a Europa passou por vários conflitos e guerras, gerando várias transformações em seu quadro político, social e econômico. Aos reveses da revolução francesa, industrial, comercial e pelo surgimento do capitalismo, a forma de trabalho artesanal e manual sofreu bruscas alterações.

A Itália, além da má distribuição das terras, sofreu a devastação de sucessivas guerras, revoltas regionais entre várias facções dominantes, que lutavam contra a unificação do território. A ideia da unificação, ocorrida em 1870, veio reforçar e proteger a Península Italiana de possíveis invasões e fortalecer o modelo econômico e político. Mesmo com a unificação, cada região constituía um mercado autônomo e bastante fechado. Parte do norte da Itália só veio unir-se com o país em 1919. Até então, pertencia ao Império Austro-Húngaro. Muitos passaportes de imigrantes italianos (do norte) da época estão escritos em alemão e italiano, simultaneamente.

Depois da metade do século dezanove houve um acentuado crescimento demográfico em toda a Europa, ocorrendo excedentes de população sem trabalho, sem terra e com muita pobreza. A própria superpopulação era um índice do atraso e do injusto regime econômico vigente. Uma visão política exercida por parte dos grandes proprietários procurava justificar o monopólio da terra e se expressou no incentivo à imigração para o Novo Mundo, a América, que resolvia parte dos problemas sociais internos, como a miséria em que viviam três quartos da população.

Enquanto isso, o Brasil pretendia diminuir a sua dependência econômica e buscava formas para

[©] Aluna do Curso de Letras, bolsista do LABLER, orientada pelo Prof. Alvino Candido Michelotti

garantir a sua autonomia. Para tanto, era preciso balancear as necessidades internas com uma maior produção. Possuía vastas quantidades de terras, mas carecia de homens que pudessem desenvolver a experiência agrícola. Se antes a solução alternativa foi encontrada no comércio de escravos africanos, agora seria uma substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra do branco europeu, considerado trabalhador.

A história da imigração de europeus para o Brasil inicia-se em princípios do século XIX, quando o príncipe Dom João promulgou decreto assegurando aos estrangeiros direito à propriedade territorial, a concessão imediata de cidadania brasileira, liberdade de culto, criada por uma política intencional do governo, Lei 608 de setembro de 1850, que facilitava a vinda e o estabelecimento de estrangeiros no País, com a exigência de que se dedicassem à atividade agrícola ou de povoamento. Os colonos viajariam por conta do Governo brasileiro.

Os objetivos visados pelo Brasil, principalmente para o Sul, eram bastante claros: povoamento, formação de uma força militar considerável em caso de guerra, formação de uma classe agrícola. Além disto, a colonização, através do imigrante, se constituiria numa espécie de defesa ante a cobiça dos povos vizinhos, proteção das fronteiras.

Em 1875, a vinda dos imigrantes italianos pode ser diferenciada pelas áreas geográficas para onde foram deslocadas ou por duas políticas distintas: a) os que foram encaminhados para a região das grandes lavouras de café, substituindo a mão-de-obra escrava - política dos fazendeiros de café; e b) os que ocuparam regiões que estavam abandonadas - política do governo imperial, criando núcleos coloniais de pequenos proprietários.

No caso do presente trabalho, interessa-nos o segundo grupo, aqueles que vêm se instalar no Rio Grande do Sul. Este Estado não era uma área de grande lavoura e os imigrantes europeus que para cá se deslocaram foram estabelecidos em áreas de abandono - terras devolutas - distantes dos latifundiários (no caso, as estâncias dos criadores de gado)

No século XVIII, no Rio Grande do Sul, desenvolveram-se e prosperaram as primeiras estâncias, e os grandes proprietários eram os chefes naturais. A terra dos gaúchos, o pampa, a pecuária - criação de gado - ocupava pouca mão-de-obra escrava. O gado passou a ser uma nova fonte de

riqueza com o aproveitamento do couro e depois do charque. O Rio Grande do Sul era palco de aventureiros vindos atrás de imaginários tesouros; da sanha do bandeirante à caça ao indígena para escravizá-lo; dos ladrões de gado. Caracterizava-se nessa época, o Rio Grande do Sul, como a terra de ninguém.

A colonização realizada em 1875 por imigrantes italianos que vinham a este Estado, atraídos por uma política governamental, pretendia, fixando-os na terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno, revitalizando a agricultura. Recebiam terras do governo, as quais exploravam de modo independente, dedicando-se primeiramente à agricultura. Assim, o Estado acolheu os italianos de zonas rurais.

Em 1875, os primeiros imigrantes colonos dirigiram-se a Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul, e depois à região de Santa Maria, formando as primeiras colônias italianas. Cada Colônia era dividida por travessões e podia ter um número de lotes diversificados. Cada lote compreendia de 18 a 36 hectares variavelmente. Cada colono produzia em seu lote todos os produtos agrícolas necessários ao consumo de sua família e depois o que sobrava era destinado para ser comercializado. Toda a atividade agrícola era desenvolvida pelo agricultor e sua família.

Esta corrente imigratória diferenciava-se daquela que se dirigiu para São Paulo das lavouras de café. Se no caso de São Paulo, as colônias de pequenos proprietários representavam uma concorrência para os grandes proprietários, isto não ocorria no Rio Grande do Sul, devido ao fato de o latifúndio se dedicar a criação pastoril e não à agricultura.

No início, pelas dificuldades de deslocamento, os italianos envolvidos em seu trabalho isolaram-se; com isto, não procuraram se integrar com os nativos brasileiros, que apresentavam padrões de vida diferentes, além dos hábitos alimentares, vestimentas e língua.

O maior empecilho, na integração, foi o cultural. Aprenderam com o índio e o gaúcho muitos dos seus costumes. Foi nas povoações da zona rural, sobretudo nas sedes de núcleos, que o processo de aculturação se intensificou no trato e na convivência com residentes brasileiros. De início foram os brasileiros que procuraram facilitar a comunicação tentando falar o italiano, o dialeto, mas depois foi a língua portuguesa que se impôs. Era necessário aprender o português para negociar

e frequentar os povoados.

Os italianos viviam o estilo da família patriarcal. Espaços vizinhos iam sendo desbravados enquanto a fronteira agrícola o permitia. Chegou o momento em que esta se fechara. A colônia do pai era pequena, não dava para todos. Não havia mais terra para ocupar ou comprar na mesma região. Ai começou o retalhamento das propriedades nas antigas zonas de colonização, junto com seu esgotamento. A terra de uma família passava a ser de duas, mais tarde de quatro.

As famílias italianas trouxeram uma forte tradição religiosa, católica. A religião determinava a moral. As providências na construção da capela sempre se mostravam em primeiro plano. A mesma servia para realimentar a fé religiosa trazida de berço e administrar aulas de catecismo. Não se rezava só aos domingos. Todos os dias, após o jantar, rezavam o terço em família. Sempre se faziam as intenções para agradecer ou pedir benefícios. Algumas famílias consagravam seus filhos a Deus, tornando-os religiosos(as).

As mulheres deviam aceitar com resignação todos os filhos que Deus, em sua imensa bondade, se dignava lhes conceder. Não era permitido à mulher recusar o marido. Quando elas confessavam esses "pecados" no confessional, a penitência era dobrada, algumas vezes excomungadas, não podiam receber a comunhão.

Nos primeiros tempos da colonização o trabalho era todo manual, braçal, feito a facão, machado, foice, serrote e enxada. Derrubavam as árvores. Depois de secas, era feita a queimada, prática esta aprendida do caboclo. Plantavam tudo o que servia de comida para a própria subsistência e aos animais que criavam.

Toda a família se envolvia na plantação e na colheita dos produtos. As crianças pequenas eram levadas à roça e guardadas dentro de uma caixa de madeira, à sombra. As sementes eram guardadas em casa ou trocadas com os vizinhos para o ano seguinte. A colheita também era braçal.

Num segundo momento, o homem se serviu de animais para realizar suas tarefas na agricultura: "juntas de bois, cavalos, mulas", para lavrar a terra. A colheita passou a ser recolhida com carroças. Já acontecia a troca direta de produtos entre as famílias e a troca de produtos agrícolas por outros do comércio (manufaturados), como, por exemplo, trocar um saco de feijão por açúcar branco ou sal, enxada, tecido.

De 1920 a 1950, a terra quando não era mais produtiva era deixada virar "capoeira", uns oito a dez anos, depois voltavam a cultivá-la. Porém, na medida em que a população aumentava, a terra foi sendo retalhada. Em 1940, num terceiro momento, aparecem as primeiras trilhadeiras, surge a tecnologia. Em 1950 inicia-se o plantio do soja. Mais tarde, em 1960, surge a mecanização, os primeiros tratores e ceifadeiras. As terras magras passam a ser tratadas e derrubadas as matas que restavam para o plantio de soja e trigo. A agricultura e a pecuária entram num "estágio de desenvolvimento".

Por vários anos o agricultor, neste entusiasmo de produção, deixou de produzir seu próprio alimento. Isto fez com que a maioria dos colonos fossem aos supermercados comprar produtos hortifrutigranjeiros para o seu próprio consumo, limitando-lhes a renda. Ocorreu uma inversão: em vez do colono levar os produtos alimentícios à cidade, ele os buscava lá.

Nas primeiras cabanas, ranchos, as paredes eram feitas de madeira roliça, amarrada com cipós. O teto era coberto de capim e folhas. Não possuíam assoalho, eram de chão batido. E divididas em quarto e cozinha. Em alguns anos, a madeira passou a ser serrada manualmente com enormes serrotes, formando tábuas rústicas, com as quais puderam melhorar as habitações. A cobertura das casas passou a ser de "tabuinhas" e a cozinha foi aumentada.

Com a instalação de algumas serrarias, as casas ganharam outras aparências. Passaram a ser construídas com um porão, como em Bento, ou na Itália. Nele eram guardadas as pipas de vinho e outros mantimentos. No final da década de 30, surgiram as primeiras casas de alvenaria. A armação era de madeira e, entre esta, faziam o preenchimento com tijolos e barro.

Para os italianos da época a divisão das propriedades ocorria entre os filhos homens, que ficavam no meio rural e, os poucos que saíam para estudar - a última geração - ou os que seguiam a vida religiosa, estavam à margem do processo. A partilha dos bens ocorria ainda em vida do "pater familias", talvez a fim de perpetuar a tradição, a preocupação com o filho homem (evitando a transgressão da lei civil brasileira, igualdade para os filhos homens e mulheres). Na falta do pai, por morte, a "matrona" seguia as mesmas regras.

Nos primeiros tempos toda a família ajudava no serviço da lavoura, mulheres e crianças. Mas, a questão dos negócios, dizia exclusivamente respeito

aos homens; as mulheres não 'metiam a colher'.

Na educação dos filhos não tinham como preocupação primeira atingir algum nível intelectual elevado. Nem pensavam nisso, pois na sua história, os imigrantes eram na maioria analfabetos. Bastava que soubessem ler e escrever. Muitos aprenderam apenas a desenhar o nome. É interessante observar que o filho brasileiro desse imigrante italiano não sonhava além de ser como seus pais. A educação em relação aos filhos era severa. Praticamente ninguém falava em relação aos problemas pessoais com os filhos. "Homem não chora", era o dito. As crianças não participavam das conversas dos adultos, brincavam apenas.

Apenas nas últimas décadas houve quem despertasse para buscar outros conhecimentos que não os da terra, com a chegada do rádio. O rádio foi o primeiro "intruso" que quebrou a tradição de isolamento em relação ao resto do mundo. As pessoas mais idosas não viveram a evolução da Itália e nem a do Brasil. Viviam como seus avós imigrantes: 'estacionaram no tempo'. Com a expansão da TV e a invasão da mídia, muitos costumes desapareceram.

A prole sempre se mostrava numerosa. Por isso as casas eram grandes. As mulheres tinham os filhos em casa, auxiliadas pela parteira, quando chegava a tempo. A cozinha junto à sala era enorme, como sendo a peça principal da casa. Às vezes, moravam juntas duas ou três famílias. Uma ajudava a outra.

A preocupação dos pais era com a colocação e casamento dos filhos, porém nem sempre todas as filhas logravam a sorte de casar. No casamento do filho era destinada uma colônia de terra, enquanto que para a filha mulher era reservado o dote. O dote consistia em roupas de cama, banho e mesa, máquina de costura e utensílios de cozinha. Em alguns casos, uma vaquinha (novilha) e um cesto de ovos de galinha para chocar.

As "prendas domésticas" eram passadas de mãe para filha. Desde crianças, as filhas eram preparadas para serem futuras "donas-de-casa". Aprendiam a cozinhar, lavar e limpar. Essas tarefas se mostravam específicas da mulher, não sendo auxiliadas pelo homem. Aliás, quando este chegava em casa, a mulher, carinhosamente ou não, lhe tirava as botas e lhe calçava os chinelos.

Os laços de amizade, namoro e casamento ocorriam exclusivamente entre descendentes de italianos. Muitos casamentos se realizavam entre primos e parentes. A moça devia casar-se virgem,

de acordo com as normas da igreja, para merecer o vestido branco, com significado de pureza, ou em outras palavras 'moça de família'.

A capela era a primeira instituição construída, pois a religião era valor essencial em seus valores morais. Ao lado desta era construído o salão de festas, onde se encontravam aos domingos e feriados, para reuniões sociais, onde o jogo: da bocha, cartas ('cinquillo', 'tressete') e 'mora' (com os dedos), não era dispensado.

Com o passar do tempo, como as relações sociais aconteciam nos salões de bailes, estes possibilitavam o encontro com outras etnias e religiões, ocorrendo inevitavelmente relações aletivas, nem sempre bem vistas aos olhos dos mais antigos, que queriam manter a tradição, demonstrando um certo racismo, visto que se consideravam superiores aos demais, especialmente em relação 'dei negri' (aos negros). Quando ocorriam casos de casamento, mesmo a contragosto dos antigos, com pessoas de outras etnias ou religião, essas teriam que optar pelo credo católico. O casamento era um sacramento: "E sejam felizes para sempre, até que a morte os separe".

Os domingos e dias "santos de guarda", após as orações, eram reservados aos festejos familiares e às visitas aos amigos e familiares mais distantes. Os vizinhos mais próximos se visitavam durante a semana, à noite, e chamavam de "serão" ou "filó", que tinha muitas vezes caráter de trabalho, como no auxílio de debulhar o milho, descascar amendoim; muitas vezes regado pelo "brodo" (caldo de galinha, temperado, servido em caneca ou xícara), pipoca com melado, vinho, chimarrão e outros quitutes.

A "alegria" é muito característica no descendente italiano, presente em todos os momentos e manifestada no linguajar alto e faceiro, na "cantoria" durante os festejos religiosos e sociais, antigamente também no trabalho. O vinho e a graspa ou a cachaça fabricados pelos próprios colonos nos alambiques tomam-se indispensáveis nestes momentos.

Em âmbito nacional, outra forte influência dos italianos foi a incorporação de palavras na língua portuguesa, em sua maioria, relativas à arte musical, pictórica, teatral ou culinária: adágio, alegre, andante, aquarela, ária, arpejo, bandolim, barcarola, camarim, cantata, caricatura, cassata, cavatina, cenário, concerto, contrato, crescendo, dueto, espagete, lasanha, libreto, macarrão, maestro, madrigal, moderato, mortadela, moteto, nhóqui, ópera, opereta, pastel, piano, pizza,

pizicato, polenta, quinteto, ravióli, risoto, ritornelo, romança, salame, salsicha, serenata, solfejo, sonata, soneto, soprano, talharim, tenor, trêmulo, trombone, violino, violoncelo (Coutinho:1970).

São ainda de origem italiana: *alarme, alerta, artesão, bagatela, balcão, banquete, boletim, cantina, capricho, carnaval, cascata, confete, cortejo, esquadrão, escarpim, espadachim, favorito, festim, fiasco, galera, gazeta, grotesco, palhaço, pedestal, pilastra, piloto, pitoresco, poltrona, porcelana, , sentinela, trampolim, ventarola, virtuose, zíngaro* (Id. Ibid.:1970).

O estado do Rio Grande do Sul tem sua população composta por um terço de descendentes italianos. As principais cidades, principalmente na Serra, festejarão com mais de 300 organizações sociais a nostalgia da chegada dos imigrantes, a alegria dos seus povos, seus vinhos, sua cozinha, a grande contribuição ao folclore, a formação sócio-econômica do povo gaúcho.

Com tantas contribuições, pode-se considerar lisonjeira para o Rio Grande do Sul a contribuição dos italianos a esta terra que escolheram e que os acolheu. Que os exemplos produtivos sirvam para o intercâmbio intercultural e econômico das populações que aqui habitam e se desenvolvem.

Referências bibliográficas

- BOLZAN, Nelson. *La America dei sogni - um povo, uma história, uma conquista*. Porto Alegre: Alcance, 1997.
- COSTA, Rovilio e outros. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde D'Eu*. Porto Alegre: EST, 1992.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.
- DALL'AGNOL, Dário. *L'emigrazione in Brasile - nei ricordi dei nostri compaesani emigrati*. Italia: Comune di Arsìè, 1990.
- SANTINI, Silvino. *Imigração esquecida*. Porto Alegre: EST, 1986.
- VILLA, Deliso. *Storia dimenticata*. Porto Alegre: Sagra, 1994.